

Arpilleras

Bordando a Resistência

VITOR,
2015



Arpilleras

Bordando a Resistência

VITOR,
2015



MULHERES QUE TECEM SEUS DIREITOS

João Batista de Andrade

É com imensa alegria que o Memorial da América Latina recebe, no Salão de Atos Tiradentes, a exposição têxtil *Arpilleras: Bordando a Resistência*. As histórias das *Arpilleras*, aqui retratadas em textos e especialmente na arte dessas bordadeiras, são de emocionar qualquer pessoa, homem ou mulher, que vivenciou ou teve notícia das atrocidades dos regimes ditatoriais na América Latina ou que, em outras circunstâncias, foram cerceados em seus direitos humanos, sociais e políticos por atos espúrios ou de arbitrariedade.

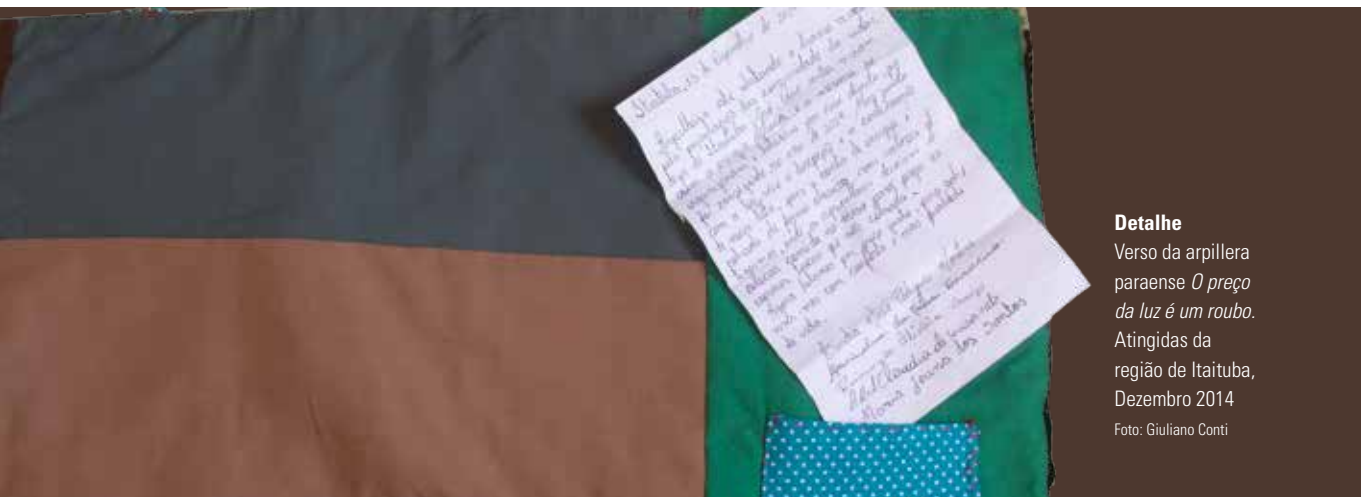
O significado da exposição com que nos brinda o Movimento dos Atingidos por Barragens transcende a aparentemente simples técnica de bordado das mulheres chilenas. Muito mais do que o gesto milenar de manipular a agulha que tece a juta, quando o trabalho fica pronto o que se tem em mãos é uma ferramenta política na luta contra as violações dos direitos humanos das mulheres trabalhadoras.

Arpilleras são como canções que se pintam, disse Violeta Parra, que na sua arte de compor e cantar, foi uma das mais expressivas manifestantes da resistência do povo chileno contra a ditadura do período Pinochet. Assim como na música de Violeta Parra, a arte das *Arpilleras* atravessou fronteiras e, dos protestos contra a construção desenfreada de barragens hidroelétricas que resultam em despejos de milhares de famílias, o movimento ampliou seu leque de debates em torno do protagonismo das mulheres nos confrontos sociais e políticos.

Os testemunhos transmitidos pelas linhas e cores das *Arpilleras* convidam à reflexão sobre questões afins presentes no cotidiano de povos de diferentes origens sociais e geográficas, promovem o intercâmbio e também contribuem para difundir a história e a memória latino-americana.

Assim, deixo aqui um convite: miremos no exemplo das mulheres chilenas, peruanas, brasileiras e europeias que nos trazem suas *Arpilleras*. Com elas, teremos oportunidade de exercitar a linguagem universal da resistência.

João Batista de Andrade é diretor de Cinema, escritor e presidente da Fundação Memorial da América Latina



Detalhe

Verso da arpillera paraense *O preço da luz é um roubo*. Atingidas da região de Itaituba, Dezembro 2014

Foto: Giuliano Conti

CONTAR HISTÓRIAS

Marília Franco

Foi contando histórias que os homens se distinguiram dos outros seres que habitavam este planeta Terra.

Os tecidos formados por essas narrativas constituíram a Cultura Humana.

A criatividade dos humanos desenvolveu inúmeras formas, ao longo do tempo, de transmitir e perpetuar suas experiências, suas conquistas e suas lutas pela sobrevivência e pelo domínio do espaço e do tempo que a vida lhes oferecia. A transmissão oral, as pinturas rupestres, a expressão cênica dos rituais, as sonoridades e os ritmos perpetuaram sentimentos de dor e de amor, de derrotas e de vitórias, de terrores e de louvores.

Estes nossos dias, complexos e sofisticados por formas tecnológicas de transmissão de ideias e fatos, nos fazem perder um pouco essa perspectiva do papel das narrativas na construção da cultura.

A exposição *Arpilleras: Bordando a Resistência*, que o Memorial da América Latina oferece ao público, nos devolve a essa trajetória histórica da função das narrativas.

Neste caso resgatamos a tradição do bordado em juta das mulheres chilenas e propomos uma emoção e uma reflexão que nos faça ver e entender o papel expressivo que o bordado feminino resgata.

São narrativas de uma guerra de perdas e não de conquistas. De territórios expropriados, de sonhos, famílias e vidas dispersadas em nome de um “progresso para muitos” por sobre as perdas de alguns.

Bordar é um ato solitário e silencioso, longo e detalhado. Por entre o escolher das cores e dos caminhos das agulhas as mulheres bordadeiras vão entretecendo suas forças para manter o cuidado com os filhos e com os velhos. Sem território e sem teto declaram uma guerra de amor e não de morte.

Silêncio e atenção!

Convido-os a compartilhar nos tapetes a retomada dessas narrativas e da lembrança do papel ancestral da fêmea humana na proteção da espécie.

Marília Franco é professora e diretora do CBEAL – Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da FMAL.



PORQUE NÓS TAMBÉM NÃO?

O Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana têm investigado a situação das populações atingidas por barragens em vários empreendimentos pelo Brasil. Em todos os casos analisados, as violações aos direitos humanos é uma constante: falta de informação, conceito restrito de atingidos, omissão diante das necessidades de grupos vulneráveis, desrespeito as especificidades socioeconômicas das comunidades, destruição da história e cultura, dos vínculos familiares, das condições de trabalho, precarização mais ainda da saúde e educação, outros tantos. Em todos os casos investigados, ficaram evidentes a *magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens. Portanto, concluímos que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais existentes no Brasil, aumentando a miséria e desestruturação social, familiar e individual.*

Detalhe

Verso da arpillera
paraense *Barragem Não!*
Indígenas atingidas da
Comunidade Aldeia Praia
do Índio (Itaituba), Junho
de 2015

Foto: Giuliano Conti



Nesta situação de desrespeito generalizado, as condições de discriminação das mulheres, é ampliada. De um lado, na lógica de que a mercadoria é apenas o que é produzido pelo trabalho assalariado, as atividades econômicas por elas desenvolvidas dentro do espaço doméstico – como cabelereiras, manicures, doceiras e salgadeiras, costureiras etc., não são reconhecidas. Deste modo, não recebem reparações pela destruição e desagregação destas atividades, durante os deslocamentos compulsórios.

De outro lado, quando da construção das barragens, milhares de trabalhadores se deslocam para estes locais em busca de emprego. Neste desagregar da vida familiar do trabalhador, se constroem ao redor toda uma rede de mercantilização do corpo da mulher, cuja prostituição e o tráfico de pessoas é uma das facetas. Nesta lógica, o aumento da violência é o resultado. Em muitos casos as vozes das mulheres sequer ecoam, porque as empresas e instituições públicas não estão dispostas a escutá-las.

Dar luz ao Invisibilizado é uma tarefa histórica dos direitos humanos. Carregar o “dever ser” jurídico com as vozes daquelas que vivenciam em seu cotidiano a negação de sua dignidade humana, é nossa responsabilidade. As Arpilleras com sua delicada e expressiva arte têxtil permitem explorar as diversas dimensões do conflito, trazendo a denúncia de todo esse contexto marginalizante enquanto aponta inúmeros caminhos para o avanço de uma sociedade mais justa e igualitária.

As atingidas do MAB apontam caminhos para superarmos um paradigma de direitos humanos centrado em violações, para observamos a necessidade de um fim da impunidade, de que precisamos avançar para cessar violações, e não as remediar. Mais do que contar histórias negadas, precisamos avançar em contar as nossas histórias sem precisar dividir a vida em antes e depois da barragem.

Dirlene Marques, Rede Feminista de Saude e conselheira do CNDH

Darci Frigo, Plataforma Dhesca e conselheiro do CNDH

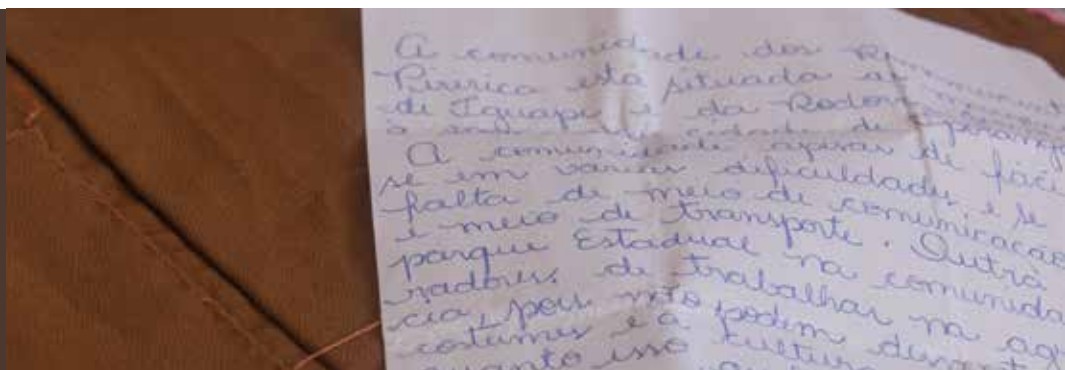
Leandro Scalabrin, advogado e membro do GT Barragens

João Akira Omoto, Procurador Regional da República e membro do GT Barragens

Pedro Teixeira Matias, Defensor Público da União e membro do GT barragens

Detalhe

Verso da arpillera paulista
Quilombo Piririca.
Atingidas da Comunidade
do Quilombo Piririca
(Vale do Ribeira - SP),
Setembro 2015
Foto: Giuliano Conti



ARPILLERAS DIALOGANTES

Roberta Bacic

Arpilleras são tecidos latino-americanos tridimensionais com apliques, que se originaram no Chile no final da década 1960. A juta, conhecida como “arpillera” em espanhol, transformou-se no nome desse tipo especial de tapeçaria. Durante a ditadura de Pinochet no Chile (1973-1990), a tradição das arpilleras se desenvolveu para dar voz aos reprimidos e desprivilegiados da sociedade chilena.

Essa coleção reúne, 12 arpilleras originárias do Chile, Peru, Espanha, Inglaterra e Irlanda. As peças mais antigas estão confeccionadas por arpilleristas chilenas e peruanas (1970-1999) e mostram a pobreza, a repressão do Estado, perdas de vida, desaparecimentos, encarceramento, e, por fim, o retorno à democracia. A força e a profundidade como essas arpilleras facilitam o desvendamento das violações de direitos humanos foi captada muito bem por Isabel Allende no prefácio de *“Tapestries of Hope, Threads of Love: The Arpillera Movement in Chile”*, quando descreve: *“Com restos de tecidos e pontos simples, as mulheres bordaram o que não poderia ser dito em palavras...”* (AGOSÍN, M.,2008).

De suas humildes origens no Chile, a linguagem e arte de fazer arpilleras se espalhou pela América do Sul, Jamaica, Estados Unidos, Europa, Japão, África e Nova Zelândia. Inspiradas pelas primeiras arpilleras, mulheres em diferentes localidades, trabalhando individualmente ou coletivamente, continuam a documentar, através da costura, tanto suas experiências vividas quanto as suas respostas a abusos globais de direitos humanos. Refletindo sobre essa jornada universal, as peças mais recentes desta exposição focam nas lutas indígenas pela terra, no problema das minas terrestres, no poder do coletivo, nas ações pacíficas e no tema da migração; questões que têm um impacto tanto local como global.

E, assim, enquanto mulheres continuam a usar simples agulhas, linhas e retalhos de tecido para articularem suas próprias histórias, convidamos o espectador/participante a entrar nas histórias delas, e, por mais breve que seja, a criar espaço para refletir e se engajar nessas histórias com capacidade de incitar a tomada de decisões, e de ações, sejam estas grandes ou pequenas.

Roberta Bacic, atua como defensora de direitos humanos, pesquisadora e curadora da coleção internacional Conflict Textiles

ATINGIDAS POR BARRAGENS: COSTURANDO OS DIREITOS HUMANOS

Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

As histórias contadas pelas chilenas em suas Arpilleras chegaram ao Brasil. Inspiradas em todo o poder de transgressão desta arte, nós, mulheres do Movimento das Atingidas e Atingidos por Barragens (MAB) começamos a costurar e repensar em todos os sentidos a ideia e lugar tradicionalmente atribuídas a nós, enquanto mulheres.

Desde sua formação, há mais de 20 anos, o MAB tem atuado na luta pelos direitos humanos, dentro de um contexto de disputa de interesses, no qual, a correlação de forças é extremamente desigual. Na lógica do atual modelo de construção de barragens, a energia é vista como uma mercadoria e os direitos humanos, assim como o meio ambiente, constituem empecilhos, sendo tidos como custos a serem reduzidos pelas empresas construtoras que visam gerar lucros extraordinários. Assim, 16 direitos humanos são sistematicamente violados na implementação de barragens, como já reconheceu formalmente o Estado Brasileiro em 2010, no relatório do Conselho de Defesa dos Direitos



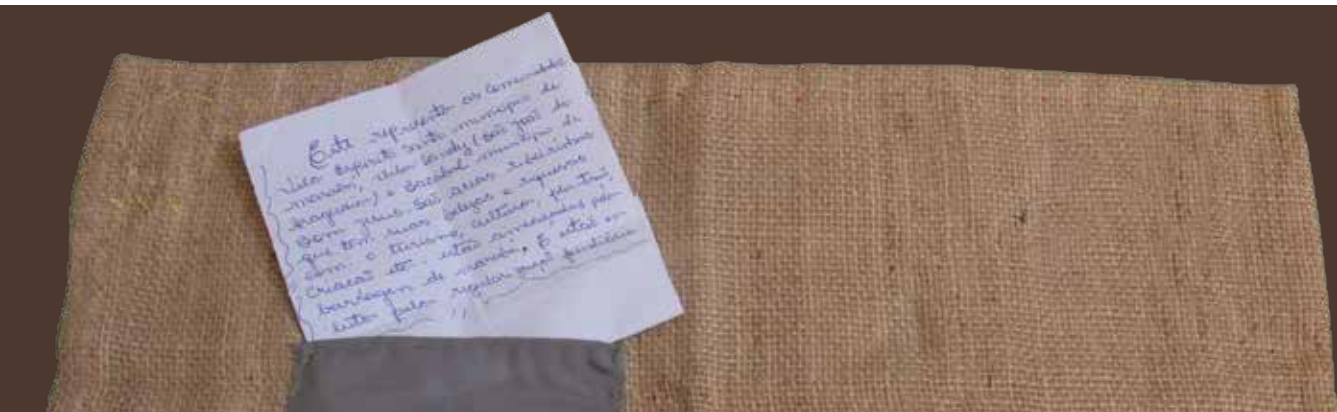
Detalhe

Verso da arpillera paraense
Regularização Já. Atingidas
de Vila Espírito Santo
(Marabá), Vila Irandi (São
João do Araguaia) e Bacabal
(Bom Jesus)

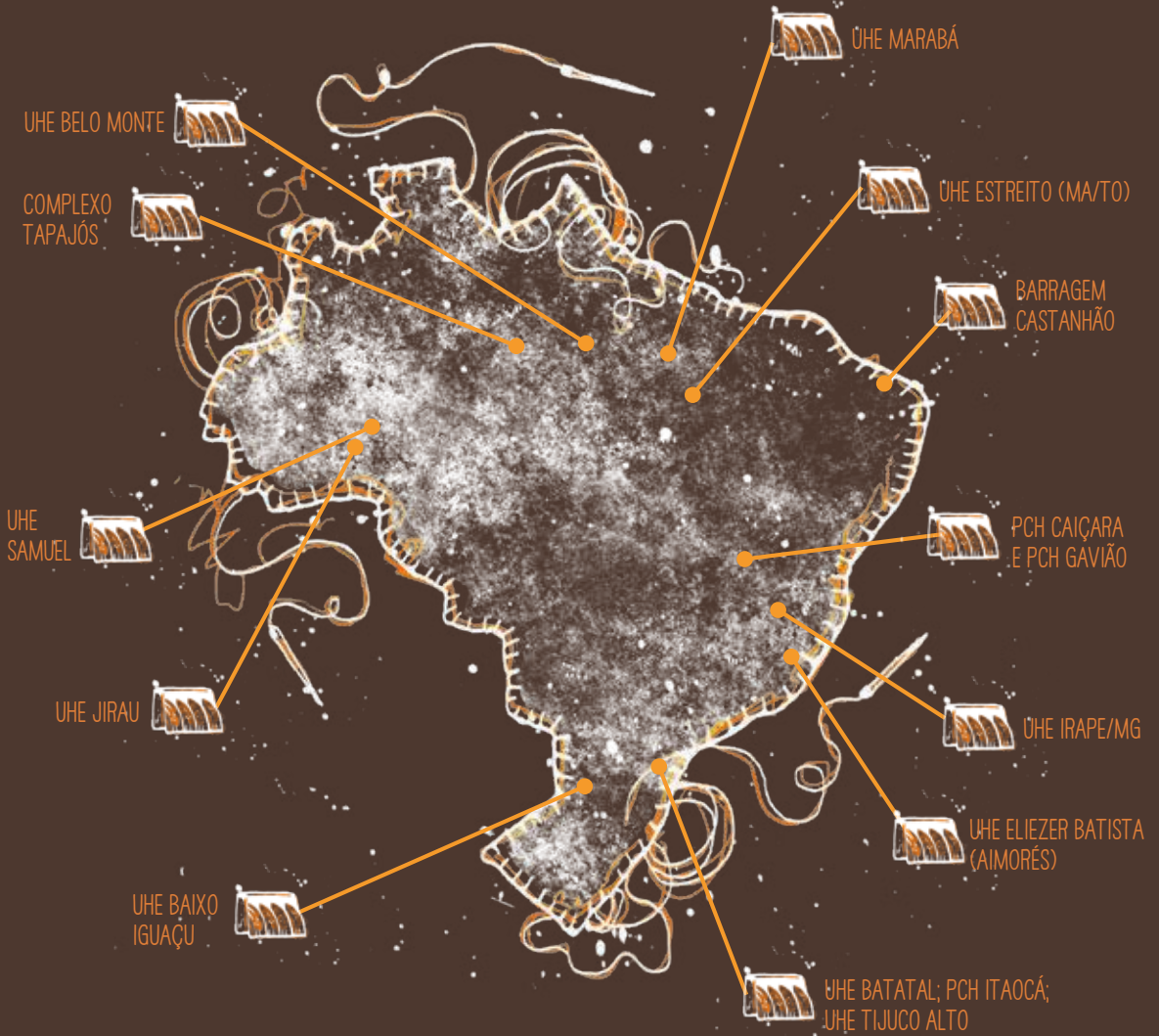
Foto: Giuliano Conti

da Pessoa Humana (CDDPH, 2010). Nós mulheres, temos sido as “*principais vítimas destes processos de empobrecimento e marginalização*”. Este padrão de violação se replica nas mais de 2000 barragens construídas no Brasil que têm causado o despejo de mais de 1.000.000 de pessoas.

Mas o que os direitos humanos podem fazer por nós? Para nós, do MAB, os direitos humanos nascem das lutas populares e se afirmam no processo histórico, estão em construção “desde baixo”. Há muito tempo que nós, mulheres do MAB, nos desafiamos a exigir que os direitos humanos fizessem “alguma coisa” por nós e superar nossa condição de vítimas, nos envolvendo em processos



coletivos de luta por justiça social, pelos nossos direitos, das nossas famílias e comunidades. As arpilleras têm amplamente ajudado neste processo, disponibilizando uma outra linguagem que não é aquela do “opressor”, capaz de traduzir a nossa própria realidade, recolhendo o universo feminino e imaterial das nossas perdas e ajudando a (re)escrever as nossas próprias histórias. **“Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”** é o resultado de uma seleção de mais de 70 testemunhos têxteis construídos coletivamente por mais de 900 mulheres atingidas de 14 estados brasileiros que temos nos embarcado nesta jornada de transformação de vítima à defensora de direitos humanos.



ARPILLERAS BRASILEIRAS

COLEÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

ONDE ESTÃO OS NOSSOS DIREITOS?

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Novembro 2013

Esta arpillera foi confeccionada por mulheres da Coordenação Nacional do MAB, durante uma oficina realizada no marco da exposição “Retalhos Testemunhais, Arpilleras do Chile e outras latitudes”, no Parque da Memória em Buenos Aires, Argentina. Respondendo à pergunta lançada pelas chilenas: “Onde estão (os desaparecidos)?” As atingidas se perguntaram: “Onde estão os nossos direitos?”. No Brasil, segundo o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), existe um padrão de implantação de barragens que provoca, de forma sistemática, a violação de 16 direitos humanos. Por isso, nesta arpillera, todo o Brasil está dentro de uma grande barragem. Várias cenas dentro do mapa ilustram as principais violações de direitos que sofrem as mulheres: perda do sustento, do vínculo com a terra e a produção; privatização do rio, dos modos e meios tradicionais de vida e os seus ecossistemas; aumento da violência contra as mulheres, prostituição e tráfico de pessoas nos canteiros de obras; negação do direito à informação, participação e tratamento discriminatório por parte das construtoras; e ruptura do tecido social e dos laços comunitários de apoio.



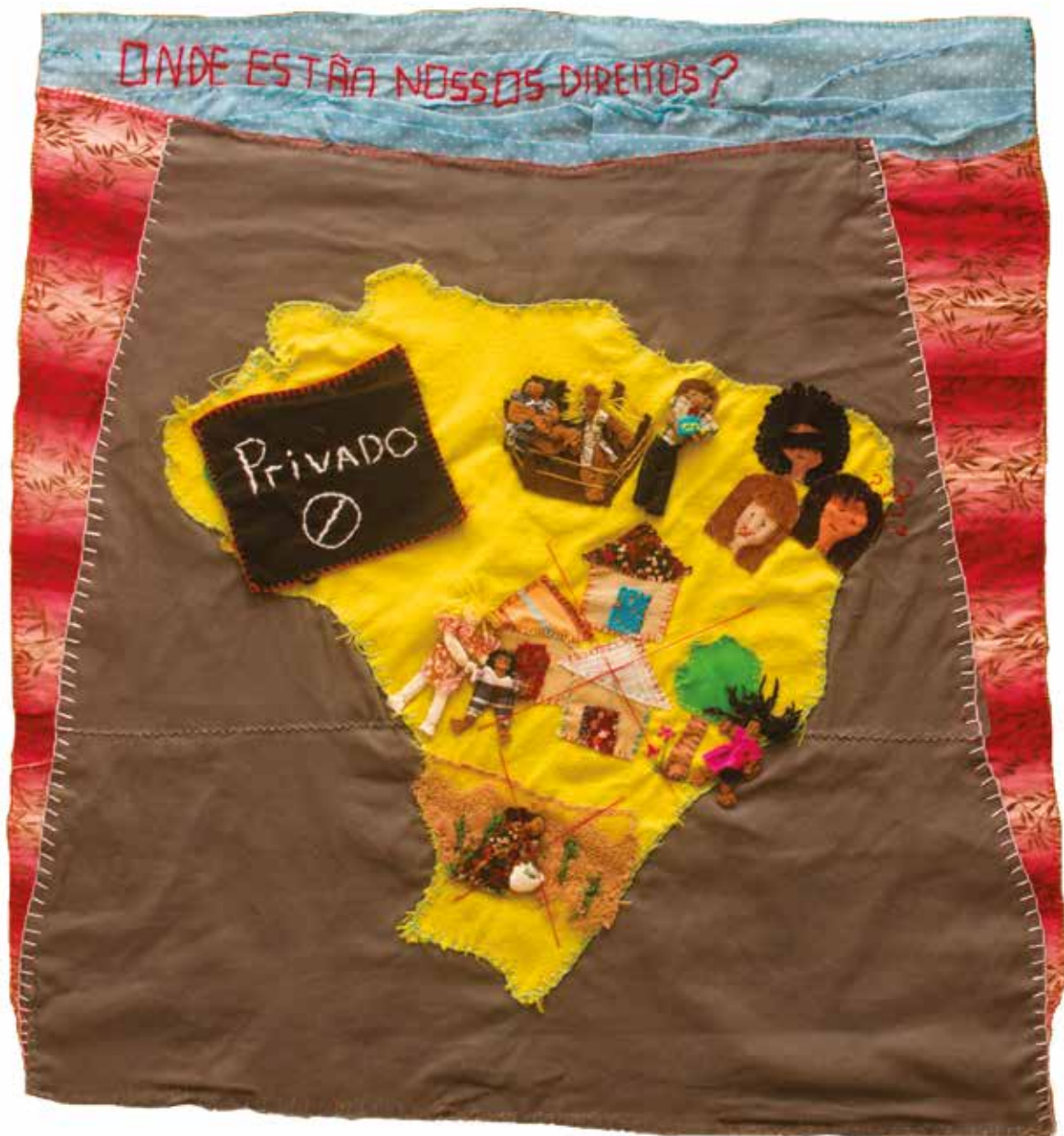


Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A DUPLA VIOLAÇÃO DO TRABALHO DAS ATINGIDAS

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014

Esta arpillera mostra que existe violação do trabalho das mulheres atingidas antes e depois da construção da barragem UHE Irapé. As mulheres são representadas trabalhando, seja na pesca, casa, extrativismo, na lavoura - não sendo reconhecidas como atividade laborativa, mas sim como ajuda. No outro lado, um homem e uma mulher buscam na lembrança, os recursos dos quais, outrora, tiravam o sustento da família. As mulheres perderam as vazantes onde cultivavam hortas, e os seus maridos comercializavam nas feiras locais, os peixes sumiram do rio Jequitinhonha. Hoje a água é imprópria para consumo, as mulheres que lavavam roupas no rio adquiriram alergias na pele devido à presença do sulfeto, após a barragem. Muitas tiveram que sair da comunidade por não poderem mais trabalhar com a água do rio e por perderem as terras. As mulheres que ficaram contribuem para a construção do Movimento dos Atingidos por Barragens.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Irapé (MG)



TRABALHO INVISÍVEL

Arpillera cearense, Atingidas de Mulungunzinho, Jatobá, Alegre, Bom Jardim e Sitio, Abril 2015

Esta arpillera retrata o quanto o trabalho que realizam as mulheres é invisibilizado. A dificuldade que elas têm para conseguir trabalho fora e gerar renda própria assim como a desigualdade salarial que existe em relação aos homens. Das mulheres que participaram na confecção da arpillera, algumas têm trabalhos informais, sem direitos trabalhistas e ajudam no sustento de casa; outras trabalham na agricultura, que não é vista como trabalho, mas como complemento alimentar, e todas elas arcam com toda carga do trabalho doméstico e do cuidado das crianças, que também não é contabilizado como trabalho.



Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Jatobá

A HISTÓRIA DE DONA CREUZILENE

Arpillera tocantinense, Atingidas do Acampamento Ilha Verde (Babaçulândia), Setembro 2014

Esta arpillera mostra a história de uma de tantas mulheres que sofrem pela perda da fonte de renda derivada do não reconhecimento do seu trabalho por parte das empresas construtoras das barragens. Dona Creuzilene, assentada de 57 anos, mãe de 5 filhos, estudou até a quinta série. Tirava seu sustento da agricultura camponesa, fazendo doce da coleta das frutas, na criação de galinhas, porcos, na produção e venda de farinha. Além do acompanhamento educacional dos filhos, ainda tinha tempo para os trabalhos domésticos. Com a construção da hidrelétrica do Estreito (MA/TO), sua terra foi alagada. Tudo ficou debaixo d'água: como sua cultura, seu modo de vida, a relação com a água e com a terra. Quando lembra da sua vivência, as lágrimas correm em seu rosto e não consegue nem falar: "*Não tem coisa mais triste que ser atingida*". Ela, assim como as outras mulheres, que confeccionaram esta arpillera foram expulsas das suas terras pela construção da barragem e sem direito a indenização, na cidade sofriam da fome. Diante disso, se juntaram e montaram um acampamento na beira da estrada para reclamar seus direitos.





QUILOMBO PIRIRICA

Arpillera paulista, Atingidas da Comunidade do Quilombo Piririca
(Vale do Ribeira), Setembro 2015

A Constituição Federal de 1988, estabelece no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o direito das populações quilombolas ao reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam. Porém, a efetivação deste direito não acontece para a comunidade do Quilombo Piririca. Situada dentro de uma área de conservação ambiental, seu direito a regularizar o território e manter as suas “Roças Tradicionais” é negado. Isso ameaça a segurança alimentar da comunidade e contribui para o abandono do campo pelos jovens. Elas denunciam nesta arpillera, como a Resolução nº. 27/2010, que estabelece procedimentos de licenciamento das roças, pela sua burocracia, torna inviável esta prática tradicional nos territórios quilombolas. *“Esta lei supostamente está para proteger a floresta, mas são os povos quilombolas que há séculos ocupam seus territórios conservando as florestas e sua biodiversidade”*. A comunidade resiste há mais de 20 anos à construção de 5 barragens no Rio Ribeira de Iguapé, que caso venha a ocorrer, alagará os seus territórios e toda a floresta em volta, causando um enorme impacto nos ecossistemas da região.





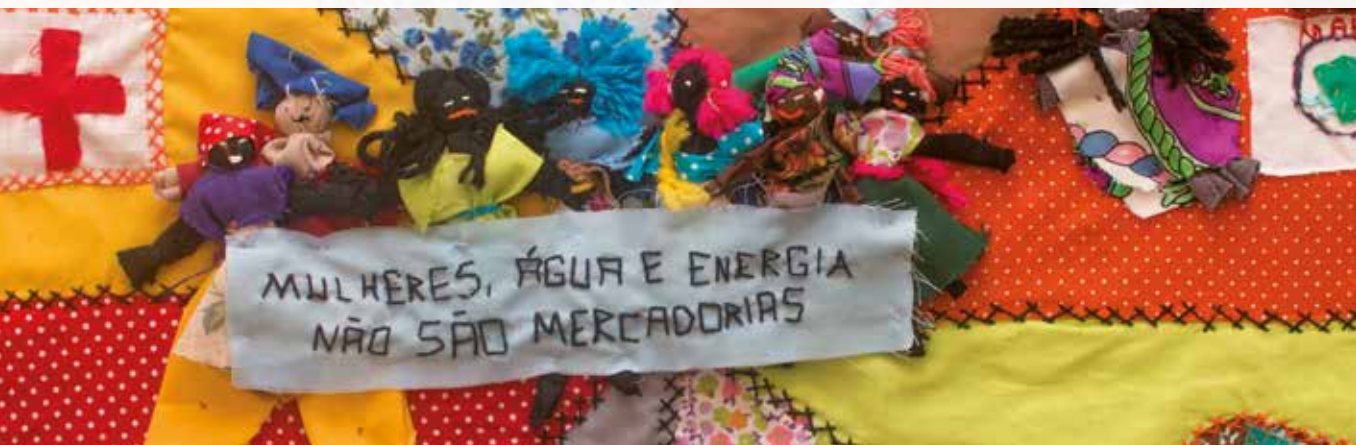
Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Tijuco Alto; Batatal; Funil e Itaocá

MULHERES, ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014

A participação política e a presença no espaço público são os primeiros direitos negados às atingidas. No centro da arpillera, as mulheres participam da luta coletiva no grito: “Mulheres, água e energia não são mercadorias!” Várias



cenas convergem e criam as condições para que a participação das mulheres seja real: um homem com uma criança no colo representa a necessidade de dividir o trabalho doméstico e de cuidados; a presença de espaços próprios de auto-organização das mulheres ao redor da bandeira do MAB, para fomentar processos de empoderamento; autonomia financeira para poder tomar as próprias decisões; a reivindicação do direito a lutar e não ser criminalizada; o acesso às políticas públicas, como educação, saúde e transporte público de qualidade; assim como o fim da violência doméstica contra as mulheres que são coagidas e chantageadas dentro de casa.



Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A HISTÓRIA DE PEDRINHA

Arpillera tocantinense, Atingidas do
Acampamento Ilha Verde (Babaçulândia),
Setembro 2014

O conceito patrimonialista de “atingido” adotado pelas empresas para reduzir custos, é uma das principais causas de violação dos direitos das mulheres atingidas. Elas, muitas vezes, não detêm a posse da terra ou não têm seu trabalho considerado (pois é informal), sendo excluídas dos processos de negociação e indenização. Este é o caso de Pedrinha, atingida pela barragem de Estreito, que ajudou a confeccionar a arpillera. Aos olhos da empresa, os anos de trabalho na terra não tinham validade, se vendo obrigada a ir morar na cidade e alugar uma pequena casa para poder viver com os seus 5 filhos. Está representada de um lado, a mulher, chorando pela perda de sua casa, onde tinha animais, plantas e toda a diversidade do campo. Do outro lado, dois homens conversando representam seu sogro, com quem morava, com o saco de dinheiro da indenização e o representante da construtora, de terno e gravata, ignorando ela.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Estreito

A JUSTIÇA CONTRA AS CAMPONESAS

Arpillera baiana, Atingidas do Oeste da Bahia, Novembro 2014

O relatório do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CD-DPH, 2010) constatou que a violação do Direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados, é sistematicamente violado nos processos de construção de barragens no Brasil. Para as mulheres que confeccionaram esta arpillera as barragens são nocivas às comunidades e às pessoas mesmo antes de serem construídas: *“só o fato de serem anunciadas já traz desassossego a todos”*. Elas representam as ameaças aos trabalhadores, e assédio de todas as formas para que vendam suas propriedades, assim como o uso de meios truculentos e coercitivos por parte das empresas. *“A empresa desrespeita os camponeses, os denunciando à justiça e exigindo por força de liminar que seja permitida a entrada nas propriedades para fazerem os estudos prévios para construir as barragens, com o uso de forte aparato policial para entrega de intimações. Muitas mulheres foram intimadas, sobretudo idosas e com saúde fragilizada, causando um forte abalo emocional”*.







MULHERES EM LUTA

Arpillera paraense, Atingidas da região de Itaituba, Junho 2015

Nesta arpillera estão representadas as diversas violações sofridas pelas mulheres na região de Itaituba, ameaçada pela construção iminente do Complexo Tapajós, um dos maiores projetos hidroelétricos já planejados para o Brasil: a contaminação do rio, mostrando o antes (verde) e depois (cinza) da barragem; a vigilância contínua com um olho que observa; o alto preço da energia através de um talão gigante no valor de R\$ 500 com o nome da empresa distribuidora (CELPA). Também, em destaque, aparece outro problema histórico, a prostituição, representada pelas casinhas de luz vermelha e a gravidez indesejada. *“Além dos “filhos da Barragem” nós já temos aqui na região os filhos do garimpo, do BIS, das madeiras, dos portos, do asfalto, de todos os grandes projetos. As mulheres ficam grávidas e os pais não se responsabilizam”*. As mulheres de Itaituba também mostram a sua determinação de não ficar impassíveis ante tanta injustiça: *“Para resistir a esses problemas e criar um novo caminho, resta às mulheres ficarem unidas e fazerem a luta”*.



AFOGADAS PELO MODELO ENERGÉTICO

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014

O atual modelo energético brasileiro, que segue a lógica: energia = mercadoria, visa obter o máximo de lucros para as empresas. Quem paga a conta são as famílias brasileiras, hoje, a sexta tarifa mais cara do mundo, sendo que a maior parte da energia elétrica produzida no Brasil é hídrica, a mais barata de produzir. As empresas privatizam o rio, transformando-o em lago, para produzir energia, privando as famílias do acesso. Os direitos das populações atingidas são vistos como custos a serem reduzidos, quando são indenizadas, reconhecem no homem o direito de proprietário, invisibilizando o trabalho da mulher. De outro lado, as mulheres organizadas fazem a luta pelos direitos de toda a família, e mesmo com a repressão da polícia seguem firmes na luta popular. As linhas de transmissão de energia que cortam as terras lembram constantemente a angustia dos atingidos, que por muitas vezes se sentem enforcados pela barragem, afogados por este modelo energético. O sol representa a esperança da luta do MAB.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A PAZ QUE NÓS LUTAMOS

Arpillera paulista, Atingidas do Vale do Ribeira, Setembro 2014



“Nesta arpillera trazemos as questões que nos afetam diariamente, como a falta do acesso à energia. Muitas famílias no Vale do Ribeira vivem ainda com iluminação a base de vela, e as linhas elétricas mesmo estando perto não chegam às nossas casas. Denunciamos também a precariedade da saúde, das estradas e do transporte escolar para as crianças, e a falta de creches municipais que não existem ou funcionam em situações precárias. Outra coisa são as situações das enchentes que ocorrem frequentemente e nós não temos nenhum auxílio, lembrando que ainda não tem barragem no rio Ribeira, imagina se tivesse?”. A longa história de luta da região, das comunidades quilombolas, pelo reconhecimento e titulação da terra, e das populações atingidas e ameaçadas por barragens é representada pelas plaquinhas “não às barragens”, “MAB”, “direitos já”.



Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca (SP)

O PREÇO DA LUZ É UM ROUBO

Arpillera paraense, Atingidas da região de Itaituba, Dezembro 2014



Esta arpillera traz algumas das contradições do modelo energético brasileiro e os seus impactos para toda a população brasileira. As empresas distribuidoras, seguindo a lógica do mercado, não estão interessadas em levar energia elétrica as comunidades afastadas onde o investimento não se viabiliza. Segundo dados oficiais do Governo, ainda existem no Brasil mais de 200.000 famílias sem acesso à energia. O programa “Luz para Todos”*, lançado pelo Governo Federal em 2003, levou energia a cerca de 15,5 milhões de pessoas. É o caso retratado nesta arpillera, onde antes da chegada da eletricidade, as mulheres das redondezas de Itaituba tinham de fazer suas atividades, como o crochê, à luz de uma lamparina. Após um processo de lutas, enfim a energia elétrica chegou para grande parte da região em 2014. No entanto, outros problemas começaram: *“junto com a luz veio a decepção e a continuação de mais luta, pois a conta de energia que é cobrada pela CELPA é abusiva, com valores altíssimos, onde os agricultores deixam de colocar comida na mesa para pagar as enormes taxas que são cobradas”*. Na imagem, está representado um talão de energia gigante e os pratos vazios sobre a mesa.

* Dados do Ministério de Minas e Energia [Consult. 2 de Setembro de 2015].

Disponível em <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>.



Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Complexo Tapajós

ÁGUA É DIREITO DO POVO

Arpillera cearense, Atingidas dos sítios Novo; Agrofátima; Água do mar; Mundo Novo e da cidade de Jaguaribara, Abril 2015

A falta de água é um dos principais problemas destas comunidades, tendo um impacto ainda maior na vida das mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, têm suas atividades aumentadas em esforço e preocupação. Elas têm que ir coletar a água em algum reservatório ou cisternas que são cheias com carros pipas, e raciona-la para que não falte. Ainda, estas mulheres foram atingidas pela barragem de Castanhão, que foi construída sob o discurso de aplacar a seca na região e promover o desenvolvimento. *“O desenvolvimento não chegou às nossas comunidades”*. A água do reservatório do Castanhão é levada pelo Canal da Integração para a Região Metropolitana de Fortaleza (a 200 km), e para as áreas de agronegócio (Perímetros Irrigados da Chapada do Apodi e Tabuleiro de Russas). Tanto as comunidades rurais da região como os dois municípios atingidos pela barragem (Jaguaribara e Jaguaratama), sofrem com a falta de acesso água, racionamento e períodos prolongados de completa falta.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Barragem de Castanhão



TRATORES FAMINTOS

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014

A quebra do tecido social, a perda da convivência e os laços da comunidade é a temática abordada nesta arpillera. Representa fisicamente o antes e o depois da vinda da barragem. De um lado a comunidade unida, as árvores em pé e as casas coloridas e variadas. O projeto da barragem é representado por tratores com fome, de boca aberta. Depois da barragem, os laços comunitários têm se perdido, as casas são todas iguais e cinzas, e a Maria está grávida, sozinha, preocupada porque o trabalhador com quem engravidou foi embora.



Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

BARRAGEM NÃO!

Arpillera paraense, Indígenas atingidas
da Comunidade Aldeia Praia do Índio
(Itaituba), Junho 2015

A Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, estabelece o direito dos povos indígenas à consulta e consentimento livre, prévio e informado sobre qualquer empreendimento que possa vir a ter consequências sobre seus territórios e meios de vida. Este é o caso da UHE São Luiz do Tapajós para o povo Munduruku, onde este direito está sendo sistematicamente violado. Confeccionada por mulheres da etnia Munduruku, determinadas a continuar firmes na luta pelos seus direitos, esta arpillera *“mostra a nossa indignação sobre a barragem e a destruição da nossa floresta e rios, e principalmente nossa cultura indígena que será ameaçada (...) E é por isso que o povo Munduruku (mulheres) estamos em luta contra a barragem”*.





Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Complexo Tapajós

A VIDA AFOGADA

Arpillera baiana, Atingidas do Oeste da Bahia, Novembro 2014

As atingidas trouxeram nessa arpillera, de uma parte, as coisas positivas da vida na sua comunidade: atividades de lazer e diversão representadas no campo de futebol e a praça, vida comunitária ao redor da igreja com reuniões, cultos e festas, o caminhão



representando a produção agrícola e o rio, livre de barragens, está cheio de peixes. Em outra, o sentimento de incerteza na vida delas, e medo de perder tudo, pela situação de ameaça em que vivem. O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), destaca a falta de informação qualificada como um dos principais fatores causadores das violações posteriores de direitos das populações atingidas por barragens. Além disso, a falta de informação da barragem traz violações de direitos antes mesmo do começo das obras pela insegurança que causa quanto a continuidade da vida.



EPIDEMIA PSICOSOCIAL

Arpillera mineira, Atingidas de Itueta
(Vale do Rio Doce), Novembro 2014

A Usina de Aimorés alagou a zona urbana da cidade de Itueta. Ao fazer isso, bloqueou o acesso do povo do Norte de Itueta (zona rural) para a cidade. O percurso aumentou mais de 30 Km. A balsa deixada pelo Consórcio aos cuidados da prefeitura deveria facilitar o deslocamento, contudo nunca atendeu a demanda, e frequentemente está inativa. A barragem e o isolamento da cidade tiveram impactos materiais, mas sem dúvida, existem perdas imensuráveis e irreparáveis que estão ligadas as relações sociais e familiares, processos traumáticos de deslocamento e quebra dos sentimentos de pertença. Segundo o relatório aprovado pelo CDDPH (2010), a barragem de Aimorés violou 11 direitos humanos. No relatório, vários são os relatos que falam acerca de uma espécie de epidemia psicosocial, descrita como depressão coletiva, além de 4 tentativas de suicídio. O depoimento de um psicólogo citado no relatório sintetiza: *“Falta felicidade, as pessoas não estão felizes. Isso não se consegue colocar em número, é fundamental: as pessoas não estão felizes”*.





Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Eliezer Batista (Usina de Aimorés)

PROSTITUIÇÃO NAS BARRAGENS

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014.

O aumento da prostituição está presente em todas as construções de barragens da região sul à região norte do país. Esta arpillera mostra como, mesmo antes da chegada da maioria dos trabalhadores, aparecem inúmeras casas de prostituição. Segundo o relatório da Plataforma DHESCA (2011), na barragem de Jirau (RO) existia um “cartão fidelidade” no qual a construtora creditava mensalmente valores de até R\$ 600, fora



da folha de pagamento, “*para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família*”. Este cartão era largamente aceito nos prostíbulos da região. A violência contra as mulheres se agrava e se torna cotidiana: ocorrência de estupros de mulheres e meninas, exploração sexual, doenças sexualmente transmissíveis e assassinato de mulheres são fatos constantes nas comunidades e municípios do entorno. Porém os serviços relacionados à proteção da mulher não funcionam ou sequer existem. As delegacias da mulher não funcionam 24 horas e geralmente são em municípios distantes.



Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Barragem de Jirau (RO)

EIXO 5: VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES/PROSTITUIÇÃO

BOATE XINGÚ

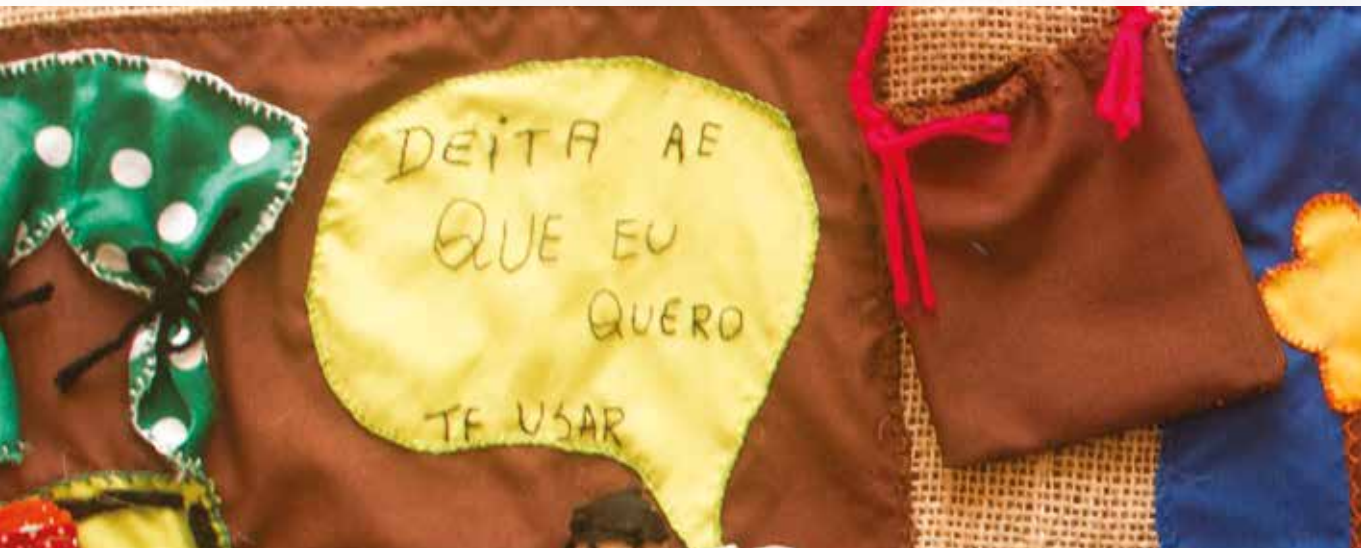
Arpillera paraense, Atingidas de Altamira, Dezembro 2014

O relatório publicado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) apoiado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) aponta um aumento nas ocorrências de exploração infantil, prostituição, cárcere privado e tráfico de pessoas, ligado ao crescimento da cidade após a chegada da UHE Belo Monte em 2012. O relatório aponta inclusive casos recorrentes de exploração sexual entre os povos tradicionais e indígenas. Segundo o coordenador da pesquisa *“essa rede de exploração foi criada por conta da obra e segue a lógica de mercado”*. A arpillera narra como uma menina de 16 anos conseguiu fugir do Boate Xingu em 2013, e denunciar que vivia sob cárcere privado e exploração sexual. *“Muitas vezes uma mesma mulher recebe vários homens numa noite, por isso representamos uma fila, que também remete à disciplina rígida à qual os operários são submetidos”*. O Hotel Barrageiro representa uma das casas alugada pelos operários onde recebem prostitutas, fica perto da escola, fazendo da prostituição algo integrado ao cotidiano da cidade.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Belo Monte



DEITA QUE EU QUERO

Arpillera rondoniense, Atingidas de Candeias (Itapuã do Oeste), Novembro 2014

Há 26 anos, a população de Itapuã D'Oeste, atingida pela Barragem de Samuel, continua em luta pela reparação das perdas causadas pela barragem, sendo que as mulheres têm sido vítimas preferenciais do processo de empobrecimento e marginalização decorrentes da sua implantação. *“Nós trabalhamos nessa arpillera no sentido de denunciar a violação dos direitos com a mulher atingida por barragem. Aqui mostramos como que as mulheres sofrem quando não querem fazer sexo forçado, e enchem as mulheres de filhos para ficarem em casa, eles ganham o mundo livre”*. Lamentavelmente a história se repete uma e outra vez. Na vizinha Jaci Paraná (RO), cidade na qual está situado o canteiro de obras da UHE de Jirau, segundo o relatório da Plataforma DHESCA (2011), os casos de estupro aumentaram em um 200% após o começo das obras.



Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Barragem de Samuel

EIXO 5: VIOLÊNCIA CONTRA ÀS
MULHERES/PROSTITUIÇÃO

CONSTRUIR BARRAGENS NÃO É A SOLUÇÃO!

Arpillera paulista, Atingidas do Vale do
Ribeira, Setembro 2014

O rio Ribeira de Iguape separa duas realidades muito distintas nesta arpillera. A realidade sonhada: sem a construção de barragem, com educação e saúde de qualidade, o direito à terra assegurado por meio de títulos e a preservação da rotina, os costumes e a história que foram perpetuados pelos antepassados que viveram nesta terra. Por outro lado, a realidade temida: as barragens construídas. As principais preocupações que apresentam as mulheres são o processo de marginalização dos membros da comunidade derivado da perda da terra, e a fonte de renda. A barragem atrai as redes do crime e da prostituição, somada a maior vulnerabilidade das famílias, deixa a população, e especialmente aos jovens, exposta a aceitar este tipo de trabalhos para ganhar a vida, perdendo os vínculos da família. A arpillera quer reforçar *“a importância da luta e da união das mulheres atingidas e ameaçadas para garantir os seus direitos”*.





Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Tijuco Alto; Batatal; Funil e Itaocá

DIREITOS JÁ!

Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto 2014

O símbolo do feminino representa as mulheres nesta arpillera. A hidrelétrica atravessando toda a imagem, de baixo até em cima, é a causa dos problemas centrais apresentados relacionados com as políticas públicas na vida das mulheres. Entre eles vêm a saúde feminina preventiva representada através do útero, o acesso que se torna difícil nas estradas das comunidades, a falta de educação para as mulheres camponesas, a energia cara, tomada como fonte de lucro para as empresas, a falta de água e sua privatização, a torre levando nossa energia para fora do país e a necessidade de creches representada pela ciranda. Tendo esta como um novo método pensado para educação de nossas crianças.





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

POLÍTICAS PÚBLICAS COM DIGNIDADE

Arpillera paranaense, Atingidas de Francisco Beltrão, Novembro 2014



Esta arpillera retrata o impacto que os processos de construção de barragens têm na população local, no acesso as já precárias políticas públicas existentes. As áreas de construção de barragens experimentam uma explosão demográfica que não vem acompanhada por um aumento de serviços públicos visto que as empresas não se responsabilizam pelos problemas sociais derivados dessa situação. Observa-se, um dos apontamentos: a escola da comunidade superlotada. As lâmpadas simbolizam a produção de energia, a causa desta situação, denunciando que não haverá compensação para estas mulheres que seguirão pagando a sexta tarifa mais cara do mundo.



Foto: Vinicius Denadai

Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Salto Santiago e Baixo Iguaçu (PR)

SAÚDE POPULAR É UM DIREITO

Arpillera tocantinense, Atingidas do Acampamento Ilha Verde (Babaçulândia),
Setembro 2014

Maria morou na ilha durante 48 anos, até ser expulsa por causa da barragem, junto com outras 120 pessoas. Sente falta da saúde do campo ligada ao modo de vida tradicional da roça: *“Lá a farmácia era do campo, era fazer um chá, utilizava a goma da mandioca pra diarreia, cortava aquela água da bananeira, colocava em cima do cortado e estancava o sangue. Fazia um gesso com talo de buriti quando quebrava um braço, dessa forma ia se medicando. A alimentação era totalmente diferente, não comia nada enlatado, não comia nada de química, plantava sua horta e tirava tudo dali, também o seu sustento, lá não existia negócio de malária, de dengue, não sabia nem o que era câncer, dessas coisas (...) Nós fomos enganados, pois disseram que com a barragem haveria melhorias de vida para os moradores e para o Brasil, mas não foi verdade, pois nos postos de saúde da cidade não tem atendimento, nem medicamentos para todos, muito menos espaços adequados e de qualidade”.*





Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Estreito

REGULARIZAÇÃO JÁ

Arpillera paraense, Atingidas de Vila Espírito Santo (Marabá), Vila Irandi (São João do Araguaia) e Bacabal (Bom Jesus)

Do grave quadro de indefinição fundiária existente na Amazônia derivam sérios conflitos pela posse da terra, determinando a expulsão de populações tradicionais e rurais, e constituindo um dos principais limites para implantação de políticas de produção sustentável e de conservação. No Pará, estado que lidera estatísticas de conflito agrário, estas pendências agrárias, abrangem 39% do seu território (BRITO; CARDOSO, 2015, p.104).

Esta arpillera representa três assentamentos rurais: Vila Espírito Santo (município de Marabá), Vila Landi (município de São Joao do Araguaia) e Bacabal (município de Bom Jesus do Tocantins). Nos quais, 287 famílias, têm em comum a luta pela regularização



fundiária. Conquistar a posse da terra para elas agora é muito mais importante, pois serão atingidas pela UHE de Marabá, cuja construção está planejada no Plano Decenal de Energia 2023, do Ministério de Minas e Energia. Hoje, o conceito patrimonialista de “atingido/a” adotado pelas construtoras exclui de qualquer indenização os não proprietários, mesmo que a barragem traga impactos irreparáveis nas suas vidas.



Foto: Vinicius Denadai
Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Marabá



ARPILLERAS INTERNACIONAIS

COLEÇÃO CONFLICT TEXTILES

¿DÓNDE ESTÁN?

ONDE ESTÃO?

Arpillera chilena, anônima, início da década de 1980

Aqui vemos mulheres protestando ao lado de uma estrada, mostrando uma faixa em que denunciavam os abusos dos direitos humanos na ditadura de Pinochet, colocando publicamente a pergunta “¿Dónde están? / Onde estão [os desaparecidos]?”

A resposta a esta simples pergunta foi repetidamente ignorada pelo regime. Essas mulheres, ganhando força no trabalho em solidariedade, persistiram em sua busca, vasculhando cadeias e centros de detenção, procurando notícias de seus entes queridos desaparecidos. Elas se recusaram a aceitar as respostas implausíveis dadas pelo Estado.

De acordo com o relatório da Quarta Comissão Nacional da Verdade sobre Tortura e Prisões Políticas (Valech II), publicado em agosto de 2011, houve um total de 3216 casos reconhecidos de desaparecimento forçado ou execução política na ditadura de Pinochet.





Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles. Origem: Theresa Wolfwood, Victoria, Canadá

DÍA DE VISITA

DIA DE VISITA

Arpillera chilena, Victoria Diaz Caro, 1988



Nos primeiros meses da ditadura Pinochet até sete mil pessoas foram detidas pela Junta Militar. Nesta peça, a arpillerista Victoria Diaz Caro nos leva para dentro de uma prisão chilena e captura a emoção de um prisioneiro político, de braços abertos, esperando para cumprimentar sua família no dia de visita. Próximo, um casal está absorvido em seus tão breves momentos de contato. Essas cenas íntimas, cheias de vida, contrastam fortemente com as figuras militares escuras no fundo, mantendo um olhar vigilante sobre os procedimentos.

Para essas mulheres, o uso de suas habilidades têxteis para fazer arpilleras ajudou-as a lidarem com a prisão de seus entes queridos e permitiu que vivessem no conflito e mantivessem viva a memória das vítimas. Para elas, os eventos políticos de seu país e suas vidas cotidianas tornaram-se inseparáveis.



Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles. Origem: Coleção do Museu Oshima Hakko, Japão

GANÓ LA GENTE

O POVO GANHOU

Arpillera chilena, anônima, início da década de 1990

Há um senso de vitória nesta arpillera, que retrata o resultado do plebiscito nacional chileno (referendo), ocorrido em 5 de outubro de 1988, para determinar se o ditador Augusto Pinochet estenderia seu governo por mais um período de oito anos. “*La democracia ya viene (a democracia está vindo)*” e “*Ganará la gente (o povo vencerá)*”, eram os slogans da campanha do Não. Pinochet renunciou depois que o voto pelo Não venceu por 55.99%, pondo um fim a quase 17 anos de ditadura militar.

Esta arpillera anuncia que: “*O povo venceu*” e “*A democracia chegou*”. O nome do recém-eleito presidente Patricio **AYLWIN** adorna os carros pretos. Pessoas estão comemorando esta nova fase da política chilena, testemunha do impacto cumulativo de participação política, resistência e ações pacíficas de pessoas da base nos bairros pobres de Santiago e outros lugares do Chile.





HOMENAJE A LOS CAÍDOS

HOMENAGEM AOS MORTOS

Arpillera chilena, anônima, final da década de 1970

Nesta arpillera sombria, dominada pelo preto, o sol está ausente e os Andes estão em um só tom. No fundo, vilas pobres captam energia direto da linha de fornecimento porque não têm dinheiro para pagar por eletricidade. Na rua velas enfileiradas, em memória aos desaparecidos. A figura central leva panfletos protestando contra a tortura. Algumas mulheres deitam na rua, persistentes em denunciar a tortura e os desaparecimentos, exigindo a verdade.

Baseadas em testemunhos diretos, Elizabeth Lira, em *Mujeres, Historias chilenas del siglo XX* (2011), descreve a luta implacável de famílias de desaparecidos no Chile: “[Eles... mantiveram seus apelos exigindo saber o que aconteceu... colocando no centro de suas vidas as atividades de denúncias e de procura por seus parentes desaparecidos, esperando encontrá-los vivos. A esperança é o combustível de sua busca que não termina”.





Foto: Colin Peck

Coleção Conflict Textiles. Origem: Fátima Miralles, Espanha



RETORNO DE LOS EXILIADOS

O RETORNO DOS EXILADOS

Arpillera chilena, Victoria Diaz Caro, 1992

Esta arpillera, feita logo após o fim do regime Pinochet, mostra uma alegre reunião de membros de uma família que foram forçados a se exilar durante a ditadura no Chile.

Houve diferentes formas de exílio. Após o golpe militar de 1973, muitos trabalhadores do governo derrubado e apoiadores se refugiaram em embaixadas e alguns conseguiram sair do país. Outros, após encarceramento e frequentes torturas foram deportados a países que os aceitaram como Suécia, Argentina, Canadá, França e Alemanha. Um terceiro grupo foi forçado ao “refúgio econômico”, após a demissão do emprego e ficar sem renda. Alguns perderam até a nacionalidade chilena.

Para os exilados que retornaram, encontrar seu país muito mudado, no retorno à terra natal, nem sempre representava a alegria que sonharam.



Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles. Origem: Kinderhilfe arpillera collection, Chile/Bonn

HORNOS DE LONQUÉN

FORNOS DE LONQUÉN

Arpillera chilena, anônima 1979

Em 7 de outubro de 1973, quinze trabalhadores membros de uma cooperativa agrícola da cidade de Isla de Maipo foram tirados de suas casas e presos. Por cinco anos, seus familiares foram a cadeias e centros de detenção, tentando, em vão, encontrá-los.

Em novembro de 1978, a partir de um testemunho secreto, a Vicaria de la Solidaridad vasculhou o forno inativo de Lonquén. Lá localizaram os corpos dos quinze homens, que foram jogados vivos no forno. Mais tarde, no mesmo mês, o vice-diretor da revista "Hoy", Santibáñez, descreveu os restos mortais encontrados em Lonquén: *"Pedacos de escalpo amarelados, com alguns traços de cabelos pretos soltos; roupas rasgadas, entre as quais você poderia distinguir um par de jeans azul; e um cardigã de homem."*

Esse caso marcou a virada para os parentes dos desaparecidos, que ainda tinham esperança de, eventualmente, encontrar seus parentes vivos. O caso de Lonquén mostrou que, na realidade, "desaparecido" geralmente significava morto.





Foto: Tony Boyle
Coleção Conflict Textiles. Origem: Joanne Sheehan, EUA

VIOLENCIA EN AYACUCHO

VIOLENCIA EM AYACUCHO

Arpillera peruana, oficina FCH Mujeres Creativas 1985

Réplica, 2009

Mais de 600 mil pessoas foram deslocadas no Peru, durante as décadas de 1980 e 1990, resultante de um conflito armado entre o governo, grupos de autodefesa e forças insurgentes do Sendero Luminoso e do Movimento de Resistência Tupac Amaru, que usavam Ayacucho, a capital da província Huamanga, na Região Ayacucho, como base para a campanha contra o governo do Peru.

Feita pela oficina de Mujeres Creativas em Lima, Peru, esta peça (uma réplica da original) tem como inspiração um desenho feito por uma criança retratando suas memórias dos militares chegando em Ayacucho. Sua mãe, através da oficina de Mujeres Criativas, criou esta arpillera mostrando a brutalidade, a crueldade e a repressão naquele período.





Foto: Martin Melaugh

Coleção Conflict Textiles. Origem: Rebecca Dudley, EUA /Irlanda do Norte

NO TO THE DAM

BARRAGEM NÃO

Arpillera inglesa por Linda Adams, 2010

Sensibilizada pelo poder das arpilleras enquanto visitava uma exposição em Cambridge, Inglaterra, em 2008, Linda começou sua própria jornada de criação de arpilleras. Isso culminou em sua exposição solo *The poetry of arpilleras* (a poesia das arpilleras), no Centro de Estudos Latino-americanos, da Universidade de Cambridge, em 2011.

Esta arpillera enfoca o povo Mapuche no sul do Chile. Durante a preparação dessa peça, Linda estudou a história dos Mapuche por mais de um ano. Em 2010, para chamar a atenção sobre a luta pela terra, representantes desse povo indígena fizeram uma greve de fome de 81 dias.

As duas proeminentes faixas proclamam: “Esta barragem não era necessária” e “Quantas terras mais perderemos?” Aqui ela faz uma conexão entre as atuais lutas pela terra, do povo Mapuche, no sul do Chile, e a resistência deles à barragem Ralco, com o impacto da barragem de Aswan no Egito, construída no rio Nilo durante a década de 1960. Ela relembra: *“A Barragem Aswan no Egito...começou quando eu tinha 13 anos...Mais de 3200 quilômetros quadrados foram inundados e eu ainda me lembro das fotos com vilas parcialmente submersas.”*

Comentando sobre a barragem Ralco, localizada 500 km ao sul de Santiago no rio Bío-bío, concluída em 2004, e a resistência das famílias que seriam deslocadas de suas propriedades, ela comenta: *“As irmãs Berta e Nicolasa Quintremán, que estavam em seus setenta anos, lutaram contra a barragem. A arpillera é minha humilde homenagem a elas.”*

Linda ainda comenta: *“O tema de pessoas lutando para manter suas terras é um dos que me voltei várias vezes na vida. Ilustra a natureza universal da luta pela terra.”*



LANDMINES

CAMPOS MINADOS

Arpillera inglesa Linda Adams, 2015

A arpillerista Linda Adams criou esta arpillera *“como uma resposta ao fato de que mesmo após o fim de uma guerra, as minas terrestres ficam e continuam a matar”*. Minas terrestres antipessoal podem ficar dormentes por anos até que seu mecanismo de detonação seja acidentalmente engatilhado. Feitas para mutilar, mais do que para matar, elas causam ferimentos horríveis, resultando em amputações, longas internações em hospitais e reabilitação.

Nesta peça, Linda retrata uma mulher cuidando de suas colheitas, uma tarefa rotineira que se tornou extremamente perigosa como podemos ver pela placa: *“Perigo, Minas Terrestres”*. No canto vemos uma criança brincando absorta, curvada sobre objetos



coloridos, prestes a pegá-los. Essas são minas *“borboletas”*, um tipo usado durante a ocupação soviética no Afeganistão. Explorando a natural curiosidade lúdica das crianças, o assunto é particularmente perturbador para Linda. Ela comenta: *“Crianças precisam explorar e brincar sem correr risco de ferimento e muitas vezes de morte por um conflito que terminou há algum tempo.”*



Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles

LA CUECA SOLA

DANÇANDO CUECA SOZINHA

Arpillera chilena, Aurora Ortiz, 2014

A dança tradicional chilena, *La Cueca*, representa as diferentes emoções e estágios de romance e é dançada aos pares. Em *La Cueca Sola*, porém, as mulheres dançam sozinhas. Seus esposos, filhos, irmãos ou namorados estão desaparecidos ou no exílio e elas continuam a dançar, vestindo a imagem de seus queridos sobre seus corações.

A Cueca Sola tornou-se uma poderosa história. As mulheres provam ao mundo que sua dança não pode ser parada pela ação militar e sua coragem e determinação inspirou pessoas ao redor do mundo. Entre eles, o músico Sting, cuja canção foi tocada por muitos outros artistas, incluindo Joan Baez e Holly Near. La Cueca Sola inspirou muitas interpretações diferentes em tecido, como esta recente interpretação confeccionada por Aurora Ortiz.





Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles

REPRESIÓN A LOS MAPUCHE

REPRESSÃO AOS MAPUCHE

Arpillera chilena, Pamela Luque, 2015

O povo indígena Mapuche na região de Araucanía, do sul do Chile, enfrenta a colonização há mais de 500 anos. Primeiro pelos colonos espanhóis e, depois, pelo Estado chileno. A luta pela restituição das terras ancestrais é um assunto sempre em pauta para os Mapuche. Para eles, viver sem terra é negar a própria identidade, já que Mapuche significa Povo da Terra.

Pamela Luque, que vive na Irlanda, inspirou-se a criar esta arpillera retratando a opressão dos Mapuche na terra natal, no Chile, após ver um videoclipe de uma manifestação Mapuche em 2012. Aqui vemos a polícia entrando na casa de Guillermina Painevilu e sua filha Susanna Guzman, que estavam observando o protesto. Na presença dos filhos de Susanna, a polícia bate na avó e levam a filha à força.

Para Pamela, esse evento representa *“como os Mapuche, especialmente as mulheres, são oprimidos e alvejados pela polícia... [que] tem o poder e acham que podem fazer o que querem.”*

Ao fundo vemos morros pintados com antigas araucárias locais. Acima delas estão inscritos os versos de um poema Mapuche que ilustram a profunda conexão deles com a terra: *“Não me aprisione...deixe meus rios fluírem... deixe a liberdade em florescimento retornar”*.



Foto: Martin Melaugh
Coleção Conflict Textiles. Origem: Pamela Luque, chilena que mora na Irlanda

EN EL LADO "BUENO" DE LA VALLA NO LADO "BOM" DA CERCA

Arpillera espanhola, Antonia Amador, 2014/2015

Esta arpillera retrata a perigosa viagem pelo mar feita por pessoas fugindo de suas terras natais na África para escapar da guerra e da perseguição, em busca de uma vida melhor na Europa. Cruzando traiçoeiros estreitos de água, em barcos superlotados e inseguros no mar, eventualmente chegam nas margens da Península Ibérica. Nem todos sobrevivem à viagem.

A arpillera Antonia, enraivecida por essas histórias, nos informa por uma carta enfiada num bolso na parte de trás da arpillera: *"Do lado "bom" da cerca [mostra] que... enquanto no barco eles não pensavam que iriam encontrar a morte."*

Ela retrata graficamente a chegada desses refugiados e migrantes que *"acreditavam que estavam vindo ao paraíso."* Em vez disso, ela comenta, *"era a polícia que os esperava na margem da península."*

Na próxima etapa da viagem são transportados para centros de detenção, onde podem ser mantidos indefinidamente enquanto as cortes decidem se vão conceder status de refugiado ou se vão deportá-los. As condições nestes centros superpopulosos e a incerteza do destino futuro impactam negativamente na saúde mental dos detentos. Adobeker* de Darfur, que foi detido em Campsfield House, Grã-Bretanha por dois anos explica: *"As pessoas ficam estressadas porque não há resposta...Se eu soubesse se seria um dia, uma semana, mesmo um ano...O problema é não saber."* (HEALY, Hazel, 2014).

Um sistema tão repressivo, tão indigno, onde as chances estão contra aqueles que viajam na esperança de uma vida melhor, leva Antonia a concluir: *"Que vergonha que no século XXI direitos humanos não são respeitados...Todos nós temos direito a uma vida digna, não importa de onde você vem."*





BIBLIOGRAFIA

ALLENDE, Isabel – Prefacio. In AGOSÍN, Marjorie. *“Tapestries of Hope, Threads of Love: The Arpillera Movement in Chile”*, 2.ed. USA: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

BRITO, B., e CARDOSO Jr., D. *Regularização fundiária no Pará: Afinal, qual o problema?* Belém: Imazon, 2015, p.104. Disponível em http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/REG_FUNDPARA_WEB.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

CARVALHO ZAGALLO, José Guilherme e VIEIRA LISBOA, Marijane (Coord.). *Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira*. Plataforma Dhesca Brasil, 2011. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2015.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis e PINHO, Vilma de Aparecida (Coord.). *“Relatório final do diagnóstico rápido participativo complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira – PA”*. Universidade Federal do Para (UFPA). Altamira: [s.n.]; 2014. Disponível em <http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1246>. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

“Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura”.

2011. Disponível em <http://www.indh.cl/wp-content/uploads/2011/10/Informe2011.pdf>. Acesso em: 2 de setembro de 2015

HEALY, Hazel. “Why are we locking up migrants?”. *“New Internationalist Magazine”*. Issue 469, Jan/Fev 2014. Disponível em http://eewiki.newint.org/index.php/Why_are_we_locking_up_migrants%3F. Acesso em: 2 de Setembro 2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 5.051*, de 19 de abril de 2004 que Promulga a Convenção no 169 da OIT. Publicado no D.O.U. de 20-4-2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 2 de Setembro 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. Resolução SMA-027, de 30 de março de 2010. Publicada no DOE de 31-03-2010, seção I, p. 105. Disponível em http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/resolucao/2010/2010_res_est_sma_27.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

LIRA, Elisabeth. “Mujeres detenidas desaparecidas 1973-2010 in PINTO VALLEJO, Julio (editor), “Mujeres. Historias Chilenas del siglo XX”. Santiago: LOM, 2011.

Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07) do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Brasília DF: 2010. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c-e-atingidos-por-barragens>>. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Marcelo Mattos Araújo
Secretário

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

João Batista de Andrade
Diretor Presidente

Irineu Ferraz
Chefe de Gabinete

Felipe Macedo
Diretor de Atividades Culturais

Profª Dra. Marília Franco
Diretora do Centro Brasileiro de
Estudos da América Latina

Felipe Pinheiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Luis Avelima
Assessor – Presidência

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA – CBEAL

Biblioteca Latino-Americana

Aparecida da Graça
Guimarães
Gerente

Margarida Maria Quintal
Fernandes
Chefe do Setor de Conteúdo
Digital

Marina Gugliotti Pestana
Chefe do Setor de Atendimento
ao Público

Rejane do Desterro de Moura
Alves
Chefe do Setor de Documentação

Carlos Alexandre Campos
Assistente Administrativo

Bruna Moreira
Bruno Abreu Fernandes
Juliene Lucas Angelo
Estagiários

Educativo

Myrian Cristofani
Coordenadora Executiva

Leticia Yumi Benetti da Silva
Marco Antonio Teixeira
Mateus Alvim Vera
Mariana de Souza Cavalcanti
Rafael Santana Cordeiro dos
Santos

Renata Manzzo Sanfelice
Educadores

Eventos e Cursos

Eduardo Farsetti
Chefe da Divisão de Políticas
Públicas

Fernando Gamba
Chefe da Divisão de Cursos e
Seminários

Lais Camile Camargo Barbosa
Chefe da Divisão de Produção de
Eventos

Guilherme Muller
Shayanne Limongi
Estagiários – Produção

Diretoria de Atividades Culturais – DAC

Adriana Beretta
Gerente do Pavilhão da Criatividade
Darcy Ribeiro

Ângela Barbour
Gerente da Galeria Marta Traba

Dora Gussi
Gerente de Produção Artística

Mauricio Rahal
Gerente de Produção Técnica

Comunicação Social – CS

Marília Balbi
Gerente

Daniel Pereira
Assessor de Imprensa
Eduardo Rascov

Editor - site
Marcelo Savi
T.I.

Sérgio Kodama
Chefe da Divisão de Criação Gráfica

Bruna Nunes Sanches
Diego Silva Souza Carlos
Estagiários

Apoio

zoldesign ZD

HORIZONT
3000

ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE
COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

Dreikönigsaktion
Hilfswerk der Katholischen Jungschar

COOPERAÇÃO
AUSTRIACA PARA O
DESENVOLVIMENTO



EXPOSIÇÃO

Curadoria

Roberta Bacic assistida por Breege Doherty
Esther Vital assistida por Tchenna Maso
(Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB)

Coordenação Geral

Ivanei Farina Dalla Costa
(Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB)

Expografia, Execução e Montagem

Coordenação Geral: Esther Vital e Tchenna Maso
(Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB)

Acabamentos Arte Têxtil:

Damiana Cavalcante Batista, Denice Borges da Cruz, Marli Benedito Conti e Rafaela de Oliveira

Iluminação: Giuliano Conti

Comunicação Visual e Projeto Gráfico

Zol Design

Ilustrações

Vítor Teixeira

Produção Audiovisual e Assessoria de Imprensa

Adriane Canan, Bruno Ferrari, Guilherme Weimann e Vinicius Denadai
(Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens)

Coordenação dos Seminários, Oficinas e Ação Educativa

Andréia Marques Divensi, Louise Löber, Tchenna Maso e Yara Naf Herreiro de Freitas
(Secretaria Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens)

Fotos do Monitor de TV

Douglas Mansur, João Zinclar, Joka Madruga, Mira Rusin e arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Filmes

"Como Alitas de Chincol"
(Vivianne Barry, Artemia Films, 2002)

"Retazos de Vida: Arpilleras Chilenas" (Gayla Jamison, Lightfoot Films, Inc., 1991)

"Hilos que unen" (Gayla Jamison, Lightfoot Films, Inc., 2014)

Teaser *"Arpilleras: Bordando a resistência"* (MAB, 2015)

"Guapiçu: um Rio (de Janeiro) Ameaçado" (MAB, 2015)

"Garabi Panambi: a última batalha do rio Uruguai" (MAB, 2015)

"Ameaça à Volta Grande do Xingu" (MAB, 2014)

"As contradições do Complexo Tapajós" (MAB, 2013)

CATÁLOGO

Coordenação Editorial, Revisão e Padronização

Esther Vital e Tchenna Maso
(Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB)

Tradução

Mayara Herreiro
Mitzi Bales

Projeto Gráfico

Zol Design

Ilustrações

Vítor Teixeira

INFORMAÇÕES GERAIS

Fundação Memorial da América Latina

Salão de atos Tiradentes
Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664. 01156-001 - Barra Funda - São Paulo SP
Telefone: 11 3823 4600
Exposição de 25 de setembro a 25 de outubro de 2015, de terça a domingo das 9h às 18h.

Patrocínio



Co-Realização



Realização



AGRADECIMENTOS

Transgredir a realidade opressora nas mais diversas formas e linguagens, essa é a marca deste projeto. Arriscar essas iniciativas só é possível quando mulheres em coletivo se põe em marcha. Decidem que o concreto da repressão não sedimentará as desigualdades de gênero. Ocupam as ruas, com suas faixas, corpos, símbolos. A ecoar o canto da nova mulher.

Por isso queremos agradecer as Marias, Manuelas, Tatianas, arpilleras chilenas e do mundo, atingidas por barragem de todo o Brasil que teceram suas costuras e fizeram de tecidos vazios, testemunhos da realidade. Nos ensinaram a importância de sermos sujeitas de nossas histórias, protagonistas de nossas vidas. Ousaram dizer para que guardemos na memória inúmeras violações que nunca devem se repetir. E também a todas e todos que se envolveram nesse choro-canção e endossam a melodia de um outro mundo possível onde as opressões de classe, gênero e raça não tenham lugar.

Alerta e avante!

